



**VI
ENAN
PARO**

BRASÍLIA 2020
VI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LIMIARIDADE
PROCESSOS E PRÁTICAS EM ARQUITETURA E URBANISMO



Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo (2021 : Brasília, DF).

Programação do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 1 a 5 de outubro –
Brasília: FAU-UnB, 2021.

ISSN 2358-6214

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Arquitetura e Urbanismo
– Congressos.

I. Título. II. Faculdade de Arquitetura.

III. Universidade de Brasília.

EIXO TEMÁTICO 5

**VI
ENAN
PARO**

INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES



FOTO: JOANA FRANCA

PERIFERIAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA PESQUISA SÓCIO-ESPACIAL

**PERIPHERIES OF INTERNATIONALIZATION IN
SOCIO-SPATIAL RESEARCH**

**PERIFERIAS DE LA INTERNACIONALIZACIÓN EN
LA INVESTIGACIÓN SOCIO-ESPACIAL**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

KAPP, Silke

Profa. Dra.; Escola de Arquitetura da UFMG

kapp.silke@gmail.com

RESUMO

A internacionalização tem sido um critério central de legitimação e financiamento da pesquisa em todas as áreas do conhecimento. No entanto, para pesquisa na (semi) periferia, a participação em redes internacionais muitas vezes se faz com a premissa da subordinação a aparatos conceituais e agendas pautadas pelo centro. Depois de discutir brevemente essa estrutura da divisão internacional do trabalho de pesquisa, da qual dependem o tipo de conhecimento produzido e as respectivas possibilidades de uso social, o presente artigo aponta suas implicações específicas para as pesquisas sócio-espaciais. Dado que nesse caso o território concreto não define apenas condições institucionais, mas o campo empírico, a arena política e o lugar das aplicações reais ou potenciais, a internacionalização produz ou reforça certos vieses cognitivos e distorções operacionais. Isso exige crítica sistemática, não para uma retirada da arena internacional, mas, bem ao contrário, para abrir caminho a interlocuções não subordinadas.

PALAVRAS-CHAVE: internacionalização. pesquisa sócio-espacial. vieses cognitivos. inserção social.

ABSTRACT

Internationalization has been a central criterion for legitimating and funding research in all areas of knowledge. However, for research in the (semi-) periphery, participation in international networks is often done under the premise of subordination to conceptual apparatuses and agendas driven by the center. After briefly discussing that structure of the international division of research labor, on which the type of knowledge produced and the corresponding possibilities of social use depend, this article points out its specific implications for socio-spatial research. Given that in this case the concrete territory not only defines institutional conditions, but constitutes the empirical field, the political arena and the place of actual or potential applications, internationalization produces or reinforces cognitive biases and operational distortions. This requires systematic criticism, not for a withdrawal from the international arena, but, quite the contrary, to pave the way for non-subordinated exchanges.

KEYWORDS: internationalization. social-spatial research. cognitive biases. social insertion.

RESUMEN

La internacionalización ha sido un criterio central para legitimar y financiar la investigación en todas las áreas del conocimiento. Sin embargo, para la investigación en la (semi) periferia, la participación en redes internacionales se hace a menudo bajo la premisa de la subordinación a los aparatos y programas conceptuales guiados por el centro. Después de examinar brevemente

esta estructura de la división internacional del trabajo de investigación, de la que dependen el tipo de conocimiento producido y las respectivas posibilidades de uso social, este artículo señala sus implicaciones específicas para la investigación socio-espacial. Dado que en este caso el territorio concreto no define sólo las condiciones institucionales, sino el campo empírico, la arena política y el lugar de las aplicaciones reales o potenciales, la internacionalización produce o refuerza ciertos sesgos cognitivos y distorsiones operacionales. Esto requiere una crítica sistemática, no para retirarse de la arena internacional, sino para preparar el camino para interlocuciones no subordinadas.

PALABRAS-CLAVE: internacionalización. investigación socio-espacial. sesgos cognitivos. inserción social.

INTRODUÇÃO

Se alguma coisa caracteriza a pesquisa científica da nossa época é que ela é internacional, e não somente internacional, mas também impessoal [...]. Mas o falso patriotismo, que obscurece tudo, encontrou meio de se meter nas questões científicas. Ousou-se até alegar que a ciência seria má educadora para a juventude, porque ela não estabelece diferenças nacionais entre povos diversos, e porque ela impulsiona ao internacionalismo, em vez de nos fechar em torno da bandeira. Essas são objeções infantis. Seria preciso ser terrivelmente cego para não compreender que, pela ciência, o mundo caminha rumo à unidade, que somos estreitamente solidários uns com os outros e que um progresso ecoa imediatamente em toda parte, não importando a língua na qual foi descrito ou a bandeira sob a qual foi conquistado. (Richet, 1900, p. 738.)

A passagem acima provém de um artigo do médico francês Charles Richet, escrito por ocasião da Exposição Mundial de Paris, em 1900, cuja programação incluiu uma verdadeira maratona de mais de 120 congressos internacionais. Richet torna evidente que a ciência instituída pela e para a sociedade burguesa do século XIX tem por marca distintiva a produção de conhecimento com pretensão de validade universal, independente dos sujeitos ou contextos singulares em que surge. Além disso, ele mostra como a pretensão de universalidade da ciência se articula a um internacionalismo pacifista e solidário, aparentemente contraposto tanto ao individualismo quanto às ambições geopolíticas dos Estados nacionais. A ciência moderna, os novos meios de comunicação e transporte possibilitados por ela, o intercâmbio de cientistas e sua influência nos res-

pectivos países de origem — tudo isso acabaria promovendo a colaboração entre pessoas, a paz entre países e a união dos povos. Richet defende até a sociabilidade nos congressos internacionais contra aqueles que a consideram frívola perda de tempo: além da troca de ‘macetes’, o *coffee break* favorece relações transnacionais amistosas.

Sabemos que a humanidade não se uniu depois de 1900. Pelo contrário, cindiu-se em guerras de escala inédita que não teriam sido possíveis sem a tecnologia produzida a partir da ciência moderna. Nos contextos totalitários logo apareceram as pseudo-teorias correspondentes, contrastando, por exemplo, ciência burguesa e ciência soviética, ou uma suposta ‘física alemã’ e a dita ‘física judia’ (a teoria da relatividade de Einstein).^[1] É evidente que, nesse cenário, nenhuma pessoa com intenções minimamente pacíficas e emancipatórias defenderia o nacionalismo contra o internacionalismo ou a pretensa hierarquia de ‘raças’ contra a união dos povos. Portanto, faz todo sentido que as ciências tenham insistido em representar a si mesma como empreendimento *transnacional* ou *a-nacional* provido de autonomia, isto é, da prerrogativa de interditar a validação ou refutação de suas hipóteses por razões não científicas. Para além de fronteiras ou doutrinas, os cientistas adotaram a ideia de uma *comunidade*.

Essa autorrepresentação conota um grupo social de interações diretas, que zela pela própria integridade e por interesses comuns, e que respeita certas normas compartilhadas tacitamente. Em 1942, no contexto dos ataques nazifascistas à ciência moderna, o sociólogo Robert Merton explicitou o que seriam seus imperativos éticos ou o “consenso moral dos cientistas”: universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado. *Grosso modo*, isso significa que a validade científica de um conhecimento é impessoal, anônima, independente de nacionalidade, *status* ou atributos dos cientistas; que as descobertas científicas pertencem a todos; que a ciência se faz como empreendimento comum, não em favor de determinado indivíduos ou instituições; e que toda proposição está sujeita a exame crítico, desde que a crítica siga as regras da ciência (Merton, [1942] 1973, pp. 267–278).

Não que Merton seja ingênuo. Ele sabe que as oportunidades concretas de um cientista dependem de sua origem, assim como sabe que “o comunismo do *ethos* científico é incompatível com a definição de tecnologia como ‘propriedade privada’ numa economia capitalista” (Merton, [1942] 1973, p. 275). De modo geral, Merton constata que o desenvolvimento da ciência depende de determinadas condições sociais, incluindo o

[1] Laureado com o prêmio Nobel em 1905, o físico Philipp Lenard foi o principal ideólogo desse movimento. Em 1936 publicou um livro intitulado *Deutsche Physik* (Física alemã).

que Max Weber chamou de “fé no valor das verdades científicas”, que precisa ser abraçada pela sociedade, não apenas pelos cientistas (Weber, [1904] 1922, p. 213). Mas Merton vê essas condições sociais como a estrutura que sustenta os espaços onde a “fraternidade científica” pode agir livre de coerção econômica, direcionamento utilitarista ou interdição ideológica (Merton, [1938] 1973, pp. 255–266). Ele não considera que as verdades científicas sejam *em si mesmas* socialmente condicionadas.

Se o *ethos* científico formulado por Merton correspondesse à realidade, não haveria absolutamente nada a questionar na internacionalização de quaisquer pesquisas. O empreendimento científico seria, em sua própria estrutura, antinacionalista, assim como seria anticapitalista. Mas não é bem assim. Há uma geografia da ciência internacionalizada que define posições centrais e periféricas e determina em grande medida o tipo e a aplicação do conhecimento produzido. As perguntas que quero examinar em seguida derivam dessa constatação e são, fundamentalmente, duas. A primeira é pelas características da geografia da ciência internacionalizada, em particular na periferia ou semiperiferia. No delineamento de uma resposta recorro sobretudo ao trabalho do sociólogo da ciência Pablo Kreimer. A segunda pergunta é pelas implicações específicas da internacionalização para as pesquisas sócio-espaciais, isto é, para pesquisas que lidam com relações sociais, relações espaciais e a dialética entre elas (e para as quais, por isso, mantenho a grafia com hífen). Sua resposta é o que proponho colocar em discussão. O dilema advém do fato de que, à diferença das áreas ditas ‘duras’ e até de outras ciências humanas, as pesquisas sócio-espaciais feitas a partir de diferentes pontos do planeta têm, necessariamente e por razões óbvias, sujeitos e objetos empíricos diversos.

DIFUSÃO INTERNACIONAL

O historiador George Basalla, num artigo publicado na revista *Science* em 1967, intitulado “A difusão da ciência ocidental”, talvez tenha sido o primeiro a formular o que ele próprio define como um “modelo” que “descreve a introdução da ciência moderna em qualquer nação não europeia” (Basalla, 1967, p. 611). Cabe explicitar brevemente esse modelo de três estágios, porque, embora tenha muitas características típicas do período de Guerra Fria, Estado de bem estar social e desenvolvimentismo, ele parece persistir como pressuposto tácito nas mais diversas instâncias de decisão e fomento até hoje.

No primeiro dos três estágios do modelo de Basalla, as chamadas sociedades não científicas representam apenas uma fonte de dados empíricos para cientistas europeus, que exploram novos territórios, observando, classificando e comparando sistematicamente. No segundo estágio, surge uma ciência que Basalla chama de *colonial* ou *dependente*, isto é, uma ciência cujos agentes provêm da sociedade não científica, mas em tudo

dependem da cultura científica europeia e de suas instituições. O cientista colonial é educado na Europa ou, quando não tem educação formal, lê autores europeus. Ele “almeja afiliação e honras de sociedades científicas europeias e publica suas pesquisas em periódicos científicos europeus”, porque o número de pessoas envolvidas em ciência no seu país “ainda não atingiu o tamanho crítico necessário a uma estimulação intelectual recíproca e a um crescimento autossustentado” (Basalla, 1967, p. 614). No entanto, cientistas coloniais participam apenas fragmentariamente da “cultura científica” europeia, pois “não podem compartilhar as organizações científicas informais dessa cultura [...] ser parte das ‘faculdades invisíveis’ [*Invisible Colleges*] nas quais as mais recentes ideias e novidades das fronteiras avançadas da ciência são partilhadas, nem podem se beneficiar da ‘contínua educação mútua’ oferecida por esses grupos informais de cientistas” (*ibidem*). Para usar a linguagem de Pierre Bourdieu, o capital cultural do cientista colonial tende a ser *adquirido*, não *naturalizado*; ele faz um enorme esforço para chegar aonde seus colegas europeus estão confortavelmente instalados desde o início. Basalla considera que indivíduos talentosos podem alcançar alguma celebridade nesse contexto — como seria o caso de Benjamin Franklin —, mas em geral a ciência colonial é tímida e está sempre atrasada.

No terceiro estágio do modelo difusionista, a sociedade não científica se esforça para alcançar uma cultura científica própria. Os cientistas coloniais fundam simulacros locais das instituições do velho mundo, em torno dos quais se cria certa ilusão de consistência, mas cuja consolidação é difícil. Ainda não oferecem aos cientistas formação, emprego, estímulo intelectual, meios de comunicação, reconhecimento, prêmios e oportunidades de abrir novas frentes de investigação. Enquanto o cientista do segundo estágio podia viver num contexto estrangeiro, o terceiro estágio implica uma mudança nas condições sociais que abrange desde as resistências da religião até os preconceitos das elites contra experimentos materiais e trabalhos de campo.^[2] Além disso, o terceiro

[2] Nesse sentido, Basalla (1967, p. 617) comenta uma observação curiosa: “Quando Louis Agassiz visitou o Brasil em 1865, se surpreendeu ao constatar que as classes sociais mais altas mantinham um preconceito forte contra o trabalho manual. Esse preconceito tinha efeitos sobre o desenvolvimento da ciência no Brasil. Agassiz apontou que, enquanto o ‘estudante brasileiro da natureza pensar que é inadequado a um cavalheiro manusear os próprios espécimes, carregar o próprio martelo geológico, fazer os próprios preparos científicos, ele continuará sendo um mero diletante na pesquisa’. Os naturalistas brasileiros estavam completamente familiarizados com ‘a bibliografia da ciência estrangeira’, mas seus hábitos sociais os separavam da ‘maravilhosa fauna e flora que os cercava’. Preconceitos tão profundamente arraigados na estrutura social não se removem facilmente, e a ciência é retardada por eles.” A expedição do geólogo e biólogo suíço-americano Louis Agassiz (1807–1873) ao Brasil está registrada no seu

estágio exige estabelecer relações claras entre ciência e Estado, promover uma educação científica vasta (com escolas e bibliotecas, professores, traduções de livros), treinar técnicos ou “soldados rasos do exército científico”, criar associações, conselhos e periódicos (Basalla, 1967, p. 619). Esses últimos são particularmente problemáticos, diz Basalla, porque “o cientista colonial, que está acostumado a escrever para periódicos científicos europeus consolidados, pode não querer comprometer sua reputação por mandar seu trabalho para um periódico nativo desconhecido” (Basalla, 1967, p. 618). Soma-se ainda a dificuldade linguística — o novo periódico será escrito na língua local ou na língua que os cientistas dos países centrais lerão? Ainda assim, Basalla supõe que, depois de um moroso processo de institucionalização, a ciência em países não europeus se desenvolveria num crescimento exponencial e se emanciparia das dependências estrangeiras.

Basalla parte da colonização como um dado, não como um processo a criticar. Nesse sentido, seria preciso questionar as premissas — não apenas as conclusões — do modelo difusionista, pois nada permite supor que povos não europeus, se não tivessem sido ocupados e dominados, algum dia validariam o modo de conhecer que corresponde ao paradigma científico europeu e, inversamente, nada permite supor que um paradigma com pretensão de validade universal teria se estabelecido sem o contexto e a motivação de um processo de colonização.

No entanto, o argumento em que quero insistir aqui não diz respeito a essa reflexão ampla e fundamental, e sim a aspectos mais imediatos das práticas atuais de pesquisa no sul global. Basalla, embora se refira genericamente a contextos não europeus, de fato tem em mente a institucionalização das ciências nos Estados Unidos. Na mesma lógica da teoria econômica desenvolvimentista, ele supõe uma espécie de teleologia: mais cedo ou mais tarde, todas as sociedades e países percorreriam um caminho semelhante.

INTEGRAÇÃO SUBORDINADA

Assim como na economia global, a desigualdade geográfica é uma característica estrutural da ciência globalizada, não simplesmente uma questão de atraso, no sentido da dessincronia. O sociólogo da ciência Pablo Kreimer, nascido e radicado na Argentina, contrapõe ao modelo difusionista a noção de “integração subordinada” (Kreimer, 2009). Para evidenciar do que se trata, ele narra — não sem ironia — uma situação típica de um bem sucedido pesquisador da semiperiferia. Ela provém de outra área, mas a estrutura

da divisão internacional do trabalho científico ela que ilustra se aplica de maneira geral. Permito-me, por isso, a apropriação do “*cuentito*” de Kreimer numa paráfrase resumida.^[3]

O jovem pesquisador Juan, um químico argentino, tem a sorte de conseguir um pós-doutorado numa prestigiada universidade da costa oeste dos Estados Unidos. Seu projeto, a investigação da proteína *juanina*, foi sugerido por seu orientador de doutorado, há tempos em contato com o laboratório do renomado professor John. Juan é muito bem recebido, convive com outros pós-doutorandos de várias partes do mundo, tem a chance de usar equipamentos moderníssimos, conta com a ajuda de pesquisadores experientes e, assim, progride rapidamente e acaba encontrando uma curiosa anomalia na *juanina*. John se entusiasma com a descoberta. Juntos, escrevem dois ou três *papers* sobre o assunto. Quando termina o pós-doutorado, Juan decide voltar à Argentina apesar de John lhe oferecer uma bolsa. Em Buenos Aires tem a perspectiva de instalar um laboratório próprio e rever a namorada. Os primeiros tempos são decepcionantes, porque o prometido laboratório não é mais do que uma salinha, e os equipamentos ficam presos na alfândega por seis meses. Mas Juan supera as dificuldades e começa a trabalhar com um colega e alguns orientandos, mantendo sempre o intercâmbio estreito com a equipe de John. A certa altura, essa rede de pesquisa internacional se depara com uma analogia entre a *juanina* e uma proteína pesquisada pelo brasileiro João, que também havia estagiado no laboratório de John e usa os mesmos métodos. É uma novidade tão importante que John, Juan e João conseguem publicar juntos um *paper* na revista *Science*. Daí em diante, Juan se torna cada vez mais respeitado como especialista em *juanina*, com dezenas de artigos internacionais, congressos e projetos em rede. Enquanto isso, a equipe de John se concentra nos problemas conceituais, reunindo os dados que recebe regularmente de Juan, João e vários outros. O laboratório de John por fim consegue uma parceria com uma empresa farmacêutica que aplicará as descobertas numa nova geração de medicamentos. Isso possibilita a aquisição de um incrível equipamento de análise molecular, que faz num dia o trabalho que antes levava um ano. Não que o laboratório de Juan não cresça também, sobretudo graças às colaborações internacionais, mas está longe da eficiência do laboratório de John e jamais consegue interessar empresas locais ou programas públicos pela *juanina*. Juan se consola com o fato de que, pelo menos, está formando pesquisadores competentes — pena que muitos não voltem dos intercâmbios...

A concepção de integração subordinada que Kreimer ilustra com essa história se contrapõe tanto à noção de desenvolvimento paulatino do modelo de Basalla quanto às noções de marginalidade, isolamento ou irrelevância das atividades de pesquisa nos países (semi)periféricos. Essas atividades tem, sim, um papel imprescindível: justamente

[3] Para íntegra desse “*cuentito*”, ver KREIMER, 2009, pp. 113–118.

o do subordinado, que põe em prática o que outros conceberam, executa trabalhos que exigem alta qualificação mas são rotineiros, e obtém ganhos econômicos e simbólicos muito menores do que a instância dominante. Que essa subordinação não se expresse nas relações pessoais — Juan, João e John se tornaram amigos —, não altera o fato de que o centro faz a pauta e desenvolve conceitos, teorias, métodos e estratégias, enquanto a periferia preenche esse marco com dados empíricos.

Assim, também a aplicabilidade dos resultados é muito mais plausível nos contextos sociais e econômicos do centro do que na periferia. Nessa predomina, como diz Kreimer (2009, p. 126), a produção de “conhecimento aplicável não aplicado”, isto é, conhecimento que em tese visa a beneficiar a respectiva sociedade, mas cuja aplicação nunca passa da escala de estudos prototípicos e experiências piloto, porque as premissas sociais, culturais e econômicas nas quais a pretendida aplicação se pauta não correspondem ao seu contexto real. Ao mesmo tempo, “os grupos localizados nos países periféricos geralmente têm uma margem de negociação limitada na orientação e nos conteúdos das pesquisas que são objeto das colaborações internacionais” (Kreimer, 2009, p. 135). Embora não falem declarações de paridade dos integrantes, é altamente improvável que uma rede internacional modifique sua agenda e seus métodos de pesquisa para torná-los mais adequados ao contexto periférico. A língua é um exemplo: se o cientista colonial de Basalla ainda tinha dúvidas sobre o idioma do novo periódico local, a integração subordinada tem por pressuposto que um pesquisador bem sucedido fale inglês.

Nessa estrutura, a legitimação da pesquisa científica se concentra em dois canais: a aplicação econômica direta ou indireta (direta significa patentes e produtos, indireta significa controle social em favor das condições gerais de produção); e o reconhecimento no próprio campo científico (que vale tanto mais quanto maior a atenção que uma pesquisa consegue angariar nas instituições centrais). Em comparação com a legitimação pelo capital ou pelos especialistas, os interesses do público leigo — que nos países periféricos coincide com o público pobre — contam pouco, ainda que sempre sejam evocados nas justificativas dos projetos de pesquisa.

PECULIARIDADES DA PESQUISA SÓCIO-ESPACIAL

Conceitos são os instrumentos com que as ciências operam para construir, a partir de determinado campo empírico, seus objetos de pesquisa e para produzir conhecimento a respeito desses objetos. Há ciências, como filosofia, matemática, química ou astronomia, que não têm propriamente um campo empírico ou cujo campo empírico pode ser compartilhado em qualquer lugar, de modo que os objetos de pesquisa não dependem da localização dos pesquisadores e das respectivas instituições (a *'juanina'* é a mesma

no laboratório de Juan e no de John). Ainda que um aparato conceitual provenha de uma instância geograficamente externa, pode-se fazer uso dele sem o risco de que seja disparatado em relação ao objeto.

Isso não vale para pesquisas sócio-espaciais, como nas áreas de Arquitetura, Urbanismo e Planejamento, cuja localização concreta define também, em larga medida, seus campos empíricos, seus objetos de pesquisa, sua arena política e seus lugares de aplicação real ou potencial. Suponhamos que John, Juan e João fossem arquitetos, urbanistas ou planejadores. O aparato conceitual e metodológico de John teria sido formulado com o imaginário espacial advindo da cidade de Los Angeles e talvez de algumas outras (do norte global) em que viveu por certo tempo e realizou pesquisas de campo pessoalmente. Por mais que John pretendesse universalidade, essas cidades seriam a ‘matéria-prima’ do círculo de deduções e induções, teoria e empiria, sedimentado nos seus conceitos. Já o papel de Juan na rede internacional não seria o do especialista em *juanina*, mas o do especialista em Buenos Aires, assim como João seria o especialista em Rio de Janeiro. Toda vez que discutissem algum fenômeno ou processo, cada um deles teria em mente um campo empírico inteiramente diferente.

Assim, a estrutura de integração subordinada da pesquisa na periferia, que ocorre em todas as áreas do conhecimento, se torna duplamente perniciosa para as pesquisas sócio-espaciais. Duplica-se, por exemplo, a distorção cognitiva pelo chamado *viés da confirmação*, isto é, pela tendência a observar e procurar casos empíricos (dados) que confirmam convicções estabelecidas e a ignorar ou esquecer dados que as contradizem. Se, como dito acima, conceitos são os instrumentos com que as ciências constroem seus objetos — nenhuma pesquisa parte apenas e diretamente da empiria —, os aparatos conceituais adotados afetam o que se vê e o que se ignora em determinado campo empírico. Em outras palavras, eles afetam não apenas os resultados de uma pesquisa, mas a própria construção do objeto de pesquisa. Essa afetação é inevitável, haja ou não consciência dela. A questão, portanto, está na disposição para a reflexão crítica permanente do aparato teórico-conceitual. Uma teoria ou um modelo sócio-espaciais podem ser aplicados num lugar diferente do seu contexto de origem, mas só ampliarão o conhecimento acerca desse lugar se houver *condições subjetivas e objetivas* para examinar criticamente sua relevância concreta ali (inclusive para as populações locais, os sujeitos das pesquisas sócio-espaciais) e para refletir, questionar e, se for o caso, transformar aquela teoria.

As situações acadêmicas típicas da divisão internacional do trabalho de pesquisa não favorecem tais condições subjetivas e objetivas. Sobretudo na relação centro-periferia, soma-se ao viés da confirmação o chamado *viés da autoridade*, isto é, a tendência a dar crédito aos que estão em posições mais altas na hierarquia de um campo, pela crença

de que essas posições se alcançam por mérito. Digamos que um grupo de professores de uma renomada universidade do norte global proponha uma linha de pesquisa a partir de uma questão que parece premente dentro do seu contexto sócio-espacial e — importante — do seu contexto de disputas acadêmicas. Aos orientandos estrangeiros que recebem, sugerem investigações nessa linha, com a respectiva metodologia e, de preferência, em seus países ou cidades de origem. São instruídos a procurar determinados fenômenos ali, observar, entrevistar, reunir dados e escrever a partir do aparato teórico dado. A integração internacional exige que encontrem, nos respectivos espaços empíricos, elementos que interessarão a quem não se interessa especificamente por tais espaços. Não se trata mais de elucidar processos sócio-espaciais a partir de sua gênese histórica e geográfica peculiar, mas de filtrar aquilo que corresponde a métodos e teorias postos de antemão. A tendência, então, é de que esse aparato seja confirmado e que se torne uma chave de leitura do mundo real, cada vez mais recheada de exemplos e casos, e aparentemente apto a explicar uma diversidade cada vez maior de processos.

A *gentrificação* é um exemplo nesse sentido. O conceito foi criado pela antropóloga Ruth Glass numa pesquisa sobre a transformação do centro de Londres na década de 1960, quando parte das classes médias e altas, que antes haviam migrado para os subúrbios, retornaram às áreas centrais e forçaram a saída dos mais pobres. Nesse contexto de pesquisa, o conceito de *gentrificação* funcionou como elemento de uma teoria — uma pequena porção de explicação —, cuja adoção acrítica em outros lugares a própria Ruth Glass questionou com veemência (ver Glass, 1964). No entanto, a *gentrificação* entrou na moda acadêmica e deu a volta ao mundo, não mais como conceito (teórico), mas como rótulo, que apenas indica genericamente a substituição de ‘usuários’ menos abastados por outros, mais abastados.

A diferença entre um rótulo e um conceito está no potencial explicativo. A existência de alguma vaga analogia entre a palavra usada para designar um conceito (o rótulo) e um caso concreto não implica que a proposição teórica que esse conceito sintetiza sirva para explicar aquele caso concreto. É fácil encontrar em cidades brasileiras fenômenos que podem ser postos em analogia, por exemplo, com o conceito de *suburbanização* cunhado pela Escola de Chicago para a migração da classe média nas cidades dos Estados Unidos, mas a teoria que esse conceito sintetiza não explica os processos de ‘suburbanização’ (periferização da pobreza) nas cidades brasileiras.

Antecipando a objeção de que tudo isso valeria apenas para pesquisadores pouco refletidos, amplo um pouco mais os exemplos acima. Suponhamos uma jovem doutora latino-americana que fez uma pesquisa empírica cuidadosa, analisou e sistematizou dados, chegou a algumas explicações novas de fenômenos observados na sua cidade

e desenvolveu uma 'teoria da periferização' para descrever processos de expulsão dos mais pobres por operações especulativas que deixam a maioria dos edifícios centrais vazios. Ela decide participar de um congresso internacional sobre gentrificação porque, além de um incremento no currículo, ele promete uma oportunidade de discutir sua teoria num fórum mais amplo. Como ela tem condições subjetivas (confia na própria pesquisa e está disposta ao debates crítico) e objetivas (é financeira e institucionalmente independente) para a reflexão crítica, envia um *paper* que, além de apresentar o material empírico e suas conclusões a respeito, põe em questão a universalidade da noção de gentrificação. Ela é aceita no congresso (afinal, a crítica faz parte da ciência). No entanto, na apresentação propriamente dita, ninguém presta atenção a suas críticas teóricas, enquanto o seu material empírico é recebido com interesse — como uma curiosa variação local da gentrificação.

Marcos teóricos e metodológicos como esse não definem apenas o diálogo entre centro e resto do mundo, mas também os das diversas (semi) periferias entre si. É fácil imaginar que naquele mesmo congresso sobre gentrificação se encontrem, digamos, um pesquisador colombiano e um libanês, que se ocupam, respectivamente, das regiões metropolitanas de Medellín e Beirute. A epígrafe comum da gentrificação favorece seu diálogo, mas também induz a que cada um deles enfatize, no seu campo empírico, os aspectos que melhor se enquadram nessa epígrafe, enquanto ficam em segundo plano aspectos decisivos nos respectivos lugares (como o fato de que a reconstrução de toda a área central de Beirute, depois da guerra civil, foi incumbência de uma única empresa privada cujo maior acionista era o magnata e primeiro ministro Rafik Hariri). Processos na periferia global são lidos a partir de categorias e conceitos formulados no centro, e as peculiaridades desses processos tendem a ser interpretadas como variações locais. Aliás, na geopolítica do conhecimento, o adjetivo 'local' se tornou sinônimo de 'não central', independentemente da abrangência do fenômeno adjetivado.

INSERÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Para concluir, quero reforçar o argumento do início: ninguém com intenções minimamente emancipatórias defenderia uma ciência ou pesquisa 'nacional' em contraposição à internacional, ou a retirada de um debate amplo e diverso em prol de uma visão supostamente local. Os processos econômico-políticos determinantes para as cidades, a construção e o próprio campo disciplinar e profissional de arquitetura e urbanismo são em boa parte globais, e não se elucidam sem uma perspectiva abrangente, tanto de abstração conceitual quanto de comparações concretas. Ademais, a colaboração internacional tem sido crucial para defender a pesquisa científica contra os ataques que ela

vem sofrendo no Brasil. A questão, portanto, não está em acatar ou recusar o caráter a-nacional e decididamente antinacionalista das ciências, mas em refletir e modificar as estruturas de subordinação nesse campo.

Pesquisas sócio-espaciais que pretendem alguma utilidade para transformações emancipatórias da sociedade e do espaço em que são feitas exigem também que esse espaço e essa sociedade sejam *pontos de partida* e *atores* da produção de conhecimento, não meros lugares de chegada ou 'aplicação'. Isso pressupõe relações estreitas da pesquisa sócio-espacial com seus *sujeitos*: as pessoas e instituições que constituem determinado contexto empírico. Talvez pesquisas de física nuclear com envolvimento de não especialistas façam pouco sentido, mas pesquisas sócio-espaciais sem envolvimento da população não fazem nenhum. Podem servir a Estados autoritários e operações capitalistas, mas não a transformações fundamentais num quadro de crescente heteronomia política, desigualdade social e destruição ambiental. É verdade que já existem diversas articulações de universidades e grupos de pesquisa com instâncias extra-acadêmicas. Mas sobretudo quando essas não são empresas ou órgãos do Estado, isto é, quando se trata de movimentos sociais ou grupos sócio-espaciais, as pautas de pesquisa costumam ser definidas de antemão, numa relação de subordinação análoga à relação centro-periferia descrita acima, quando poderiam ser, justamente, o contraponto lógico à tendência de trabalharmos com perguntas de pesquisa importadas. Interloquções igualitárias no plano internacional começam por interloquções igualitárias no plano local.

Nesse sentido, é inadmissível que áreas como arquitetura, urbanismo e planejamento se submetam a critérios definidos por áreas que não compartilham as especificidades da pesquisa sócio-espacial. Ainda que suas práticas científicas sejam mais antigas e consolidadas, elas não nos servem como modelo. Particularmente o que ali se chama inserção social — e que, no nosso caso, talvez devesse se chamar *inserção sócio-espacial* — não pode ser reduzido a uma espécie de bônus nos mecanismos de avaliação acadêmica, enquanto a internacionalização conta como critério central de legitimação e financiamento.

Mantendo-se a estrutura de subordinação da internacionalização da pesquisa, mais inserção internacional tende a significar menos inserção sócio-espacial na periferia, porque as agendas numa e noutra instância divergem. Mas se, pelo contrário, essas estruturas de subordinação forem refletidas e criticadas, a orientação das pesquisas para questões e ações advindas dos seus respectivos contextos periféricos podem se tornar parte de colaborações internacionais não hierárquicas, capazes até de fazer oposição à geopolítica dominante.

REFERÊNCIAS

BASALLA, George. „The spread of Western Science“. **Science**. Washington: Science, Vol. 156, N. 3775, 1967, pp. 611–622.

GLASS, Ruth. **London: Aspects of Change**. London: MacGibbon and Kee, 1964.

KREIMER, Pablo. Ciencia y periferia. In: **El científico también es un ser humano: la ciencia bajo la lupa**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, pp. 113–141.

MERTON, Robert. The normative structure of science [1942]. In: **The Sociology of Science: theoretical and empirical investigations**. Chicago: University of Chicago Press, 1973, pp. 267–278.

RICHET, Charles. “Les Congrès Internationaux de 1900“. **Revue Scientifique**. Paris: Chamerot et Renouard, Vol. 37, N. 24, 1900, pp. 737–738.

WEBER, Max. Die ‘Objektivität’ sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis [1904]. In: **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: Mohr, 1922, pp. 146–214.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

As pesquisas que deram origem ao presente trabalho tiveram apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP — Rede Morar TS).